

Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Sousa, Eduardo Manuel Oliveira e, 1985-
Chiquelho, Diogo José Pina, 1999-

Noruega

<http://hdl.handle.net/11067/6296>

<https://doi.org/10.34628/3mch-4f34>

Metadados

Data de Publicação	2022
Palavras Chave	Eleições - Noruega - 2021, Abstencionismo, Pandemia da COVID-19, 2020- - Aspectos políticos
Tipo	article
Revisão de Pares	yes
Coleções	[ILID-CEJEA] Polis, s. 2, n. 05 (Janeiro-Junho 2022)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-20T06:33:21Z com
informação proveniente do Repositório

Noruega³

Eduardo Oliveira e Sousa¹
Diogo Chiquelho²

DOI: <https://doi.org/10.34628/3mch-4f34>

As mais recentes eleições para o *Stortinget*⁴ - parlamento norueguês - ocorreram a 13 de setembro de 2021, numa fase em que a situação pandémica ainda não era estável⁵. A abstenção nestas eleições teve um ligeiro aumento face aos atos eleitorais anteriores, isto é, em 2017 e face a 2013, com uma diferença em um ponto percentual para ambas (*vide* quadro), interessando agora perceber-se de que modo a questão pandémica influenciou esse pequeno aumento atendendo às excepcionais medidas adotadas de mitigação da abstenção.

1. As medidas adotadas durante o período pandémico

Apesar de ao dia das eleições já 65,63% da população norueguesa se encontrar totalmente vacinada e 9,5% parcialmente vacinada, perfazendo um total de 75,13% da população com, pelo menos, a primeira dose da vacina inoculada⁶, no sentido da preparação das elei-

ções parlamentares e da necessária adoção de medidas de controlo pandémico e de segurança no ato eleitoral, o Governo norueguês teve a iniciativa de promover alterações temporárias à lei eleitoral ao propô-las ao *Stortinget*, que as aprovou⁷. As alterações subscreveram as sugestões apresentadas pelo grupo de trabalho *ad hoc* que, entre outras coisas, concluiu que as medidas a adotar deviam ter como premissa base a necessidade de serem facultados aos eleitores em isolamento meios para exercício do sufrágio, conquanto isso fosse executado de acordo com as garantias de saúde⁸. De acordo com esta premissa e na sequência de garantir a segurança dos eleitores, mas de todos aqueles que exerceriam funções nas mesmas, foram adotadas as seguintes medidas⁹:

vaccination – statistics», disponível em <https://www.fhi.no/en/id/vaccines/coronavirus-immunisation-programme/coronavirus-vaccination---statistic/#table-paginacion-47278221> (acesso em 25/04/2022).

- 7 Foi através da Proposta 89 L (2020-2021) que o Governo, através do Ministério do Governo Local e da Modernização, levou até ao parlamento norueguês as alterações temporárias à Lei Eleitoral e à Lei do Governo Local. Quanto a isto *vide* Lovdata, disponível em <https://lovdata.no/dokument/LTI/lov/2021-04-23-24> (acesso em 15/04/2022) e, ainda, o texto integral da proposta no sítio *on line* do governo norueguês, disponível em <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/prop.-89-l-20202021/id2834964/> (acesso em 25/04/2022).
- 8 As conclusões deste grupo de trabalho, encabeçado pelo Ministério do Governo Local e da Modernização, mas composto ainda pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, pelo Instituto Nacional de Saúde Pública (NIPH), da Direção Eleitoral da Noruega, pelo Município de Oslo e pelo Consulado de Viken e com consulta a vários municípios, podem consultar-se no sítio *on line* do Governo, disponível em <https://www.regjeringen.no/contentassets/336ce55ea7c3458e8c264d71113e2ace/horingsnotat-forslag-til-midlertidige-enderinger-i-valgloven-og-kommuneloven-som-folge-av-covid-19.pdf> (acesso em 25/04/2022).
- 9 Não nos foi possível apurar se estas medidas foram implementadas por todos os círculos eleitorais de forma similar, porque os meios adequados à concretização das várias intenções ficaram dentro da discricionariedade vinculada de cada município, isto é, os municípios tinham liberdade para definir os meios excepcionais para possibilitar o voto seguro, desde que os fins se concretizassem, sendo que Oslo foi um dos locais onde foi possível verem-se várias destas medidas implementadas. Quanto a isto, veja-se que as alterações ao § 8-1 a. da Lei Eleitoral permitia que as comissões eleitorais, perante um surto local de COVID-19, podiam desviar-se de alguns requisitos impostos pela lei eleitoral caso isso garantisse a oportunidade de voto (disponível em <https://lovdata.no/dokument/LTI/lov/2021-04-23-24>), mas ainda destacamos a nota do Oxford Constitutional Law, “As of 10 January 2021, the Government has proposed minor temporary amendments to the Election Act 2002 in order to provide the election authorities with some flexibility in voting procedures and locations, in order to accommodate possible infection control measures”. Holmøyvik, E., Moltumyr Hogberg, B. & Conrad Eriksen, C. «Norway: Legal Response to Covid-19» in King J. & Ferraz O.L.M. *et al.* (eds), *The Oxford Compendium of National Legal Responses to Covid-19* (2021). D. Elections, 48. DOI: 10.1093/law-

- 1 Professor Assistente e Doutorando na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada (Porto). Investigador colaborador do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.
- 2 Licenciado em Direito pela Universidade Lusíada (Porto) e Mestrando em Ciências Jurídico-Económicas da Faculdade de Direito, da Universidade do Porto. Investigador colaborador do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.
- 3 Os autores desejam agradecer à finalista em Relações Internacionais, Isabel Ram, e aos finalistas em Direito, Diogo Faria e João Daniel, todos membros do Observatório Eleitoral Internacional e Investigadores colaboradores do CEJEA, pelo determinante apoio na recolha de dados tendente à produção deste artigo científico.
- 4 Sobre estas eleições cf. Ram, I., Miranda, C., Faria, D. & Daniel, J. «Eleições Legislativas na Noruega (13 de setembro de 2021)», in *Polis*, no 4 (2021), pp. 201-205. Disponível em <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/3005/3592>.
- 5 A esta data a situação pandémica na Noruega estava em fase ascendente no número de casos diários, sendo que ao dia das eleições havia um total de 178 362 casos confirmados com COVID-19 e havia a lamentar um total de 836 falecidos desde o início da pandemia e ao dia das eleições havia 1 313 novos casos. Dados de acordo com o Instituto Norueguês de Saúde Pública (NIPH), Reported Cases in «Statistics about coronavirus and COVID-19», disponível em <https://www.fhi.no/en/id/infectious-diseases/coronavirus/daily-reports/daily-reports-COVID19/#table-paginacion-7668321> (acesso em 25/04/2022).
- 6 Dados de acordo com o NIPH, Norway - number vaccinated in « Coronavirus

- a) o exercício do voto dentro de veículo em modalidade *drive-in*¹⁰.
- b) o exercício do voto em casa para eleitores “de risco”, isto é, com necessidades por motivo de doença ou incapacidade¹¹.
- c) urnas de voto *especiais* para eleitores em quarentena e em instituições de saúde e unidades de cuidados continuados¹². O grupo de trabalho que teve por base estas alterações entendeu que os eleitores em quarentena não deviam votar em casa, mas preferencialmente em urnas de voto específicas cujo contacto com outros eleitores não ocorresse, cabendo às comissões eleitorais implementarem-nas.

Contudo, caso algum eleitor não pudesse sair de casa por, por exemplo, impossibilidade de meio de transporte que não fosse coletivo, então devia ser assegurado o voto em casa¹³.

Para além destas medidas excepcionais, meios de voto alternativos já previstos pela Lei Eleitoral foram agilizados, designadamente o voto no estrangeiro e por correspondência e o voto antecipado em mobilidade. Assim, todos os eleitores deslocados no estrangeiro podiam exercer o voto antecipado entre os dias 1 de julho e 3 de setembro junto das embaixadas ou consulados¹⁴ ou exercê-lo por correspondência. A agilização deste meio de voto, por correio, passou pela possibilidade de o eleitor infetado ou em isolamento poder requerer às embaixadas ou consulados o material para poder fazê-lo a partir de casa ou, até, caso isso não fosse possível, poder-se-ia votar mesmo através de uma típica folha branca e de um típico envelope, isto é, sem ser através de boletim de voto oficial ou sem a necessidade de cumprimento de consideráveis formalidades¹⁵. Já

quanto à modalidade de voto antecipado e em mobilidade estenderam-se os prazos e durante um mês, do dia 10 de agosto até ao dia 10 de setembro, poderia qualquer eleitor usar deste meio de voto, inscrevendo-se previamente para o efeito¹⁶. A agilização destas medidas demonstrou-se de notório relevo, ora veja-se que apenas tinham decorrido três dias e já 70 808 eleitores tinham votado nesta modalidade¹⁷.

Quanto a um possível adiamento, atendendo a que isso foi uma solução adotada em vários países, é de se referir que essa opção foi descartada na Noruega. O Governo norueguês entendeu que não era viável o adiamento das eleições, devendo as mesmas ocorrer à data para as quais foram agendadas. A inviabilidade passou pela necessidade do decretamento de um estado de emergência cujos requisitos não se viam preenchidos, motivo pelo qual se entendeu que não havia forma de alterar a exigência constitucional de as eleições ocorrerem à data prevista¹⁸.

2. A abstenção

Comparando as taxas de abstenção entre o último ato eleitoral – 22,8% – face às duas eleições anteriores cuja taxa se situou em 21,8% quer em 2017 como em 2013, não é possível determinar um aumento significativo na abstenção, o qual será quando muito residual – em 1% – muito menos será possível derivar este insignificante aumento de qualquer constrangimento causado pela pandemia. Ou seja, a taxa de abstenção de 2021 mantém-se essencialmente ao nível das taxas verificadas nas eleições anteriores. Certo é que, a alta taxa de participação no que se relaciona com o voto antecipa-

-occ19/e3.013.3, disponível em <https://oxcon.oup.com/view/10.1093/law-occ19/law-occ19-e3> (acesso em 25/04/2022).

- 10 Quanto ao voto em modalidade *drive-in* na cidade de Oslo *vide* o artigo da NorwayToday de 5/08/2021, disponível em <https://norwaytoday.info/news/2021-elections-quarantined-oslo-residents-can-now-vote-from-their-car-at-drive-in-premises/> (acesso em 25/04/2022).
- 11 Segundo a informação da Direção Eleitoral norueguesa (VALG) o voto em casa era um meio de considerável acessibilidade, não tendo de, por exemplo, ser feita uma inscrição por escrito, bastando uma informação oral ao município, cf. VALG, «Voting at home», disponível em <https://www.valg.no/en/for-voters/parliamentary-election-2021/help-with-voting/voting-at-home/> (acesso em 25/04/2022).
- 12 No que toca à votação a partir de instituições de saúde, lares e similares, onde podiam votar também os funcionários e familiares, *vide* informação da VALG, «Voting in institutions», disponível em <https://www.valg.no/en/for-voters/parliamentary-election-2021/help-with-voting/voting-in-institutions/> (acesso em 25/04/2022).
- 13 Cf. § 9-3 b., § 9-3 c. e § 9-3 d. da Lei n.º 57, de 28 de junho de 2002 (Lei Eleitoral) onde se previam as alterações temporárias implementadas referentes à criação de urnas de voto *especiais*, disponível em <https://lovdata.no/dokument/LTI/lov/2021-04-23-24>. Já as alterações ao § 9-6 a. previam a subsidiariedade do voto em casa para os eleitores em quarentena. As urnas de voto específicas para eleitores em quarentena não funcionavam necessariamente em moldes iguais às urnas de voto ordinárias, sofredendo, por exemplo, de restrições horárias. Cf. relatório no sítio *on line* do Governo norueguês (Regjeringen), disponível em <https://www.regjeringen.no/contentassets/5b1155a8b5934d84bd80caec8696c162/rapport-fra-arbeidsgruppen-om-smittevern-og-valg.pdf>, 4.1.2., p. 10-11 (acesso em 25/04/2022).
- 14 No que toca à votação no estrangeiro *vide* informação da VALG, «Voting from abroad», disponível em <https://www.valg.no/en/for-voters/parliamentary-election-2021/voting-from-abroad/> (acesso em 25/04/2022).
- 15 Segundo a Proposta 89 L do Governo, “Postal voting may be a possible alterna-

tion if a voter is infected or if the location where the voter is residing is in lockdown. Voters can ask the Foreign Service mission to send materials to their home or use normal sheets of paper and envelopes”. *Op. cit.*, in «5.3.3 Advance voting abroad during a Covid-19 outbreak», p. 14. *Vide*, ainda, sobre o voto por correio a informação da VALG, «Voting by post», disponível em <https://www.valg.no/en/for-voters/parliamentary-election-2021/voting-from-abroad/voting-by-post/> (acesso em 25/04/2022).

- 16 Cf. § 8-3 b. e § 8-3 c. da Lei n.º 57, de 28 de junho de 2002 (Lei Eleitoral) onde se previam as alterações temporárias implementadas referentes ao voto antecipado, disponível em <https://lovdata.no/dokument/LTI/lov/2021-04-23-24>. No que toca à votação antecipada *vide* a informação da VALG, «Voting in advance», disponível em <https://www.valg.no/en/for-voters/parliamentary-election-2021/voting-in-advance> (acesso em 25/04/2022).
- 17 Dados de acordo com NorwayToday, «Advance voting: 70.808 Norwegians have already cast their vote in the 2021 elections», disponível em <https://norwaytoday.info/news/advance-voting-70808-norwegians-have-already-cast-their-vote-in-the-2021-elections/> (acesso em 25/04/2022).
- 18 Quanto ao não adiamento, a Proposta 89 L referia que “(...) the Ministry cannot see that it would be possible to postpone the election due to the ongoing pandemic. The Ministry would emphasise that it will only be possible to postpone the election if there is a very high level of infection, and there is a direct and immediate danger to life, cf. Article 93 of the Constitution, or health through community movement”. *Op. cit.* In «5.1 Risk of delays in determining the election result» e «5.2 Issues relating to postponement of the election» p.12-13. Ainda a este propósito, quanto aos países cujas datas iniciais das eleições foram alteradas durante a fase pandémica *vide* o levantamento feito pelo Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA), disponível em <https://www.idea.int/news-media/multimedia-reports/global-overview-covid-19-impact-elections> (acesso a 25/04/2022).

do, demonstrou um nível de adesão extraordinário – com um valor recorde de 57,88%. Não é coincidente então, a diferença entre o número de votos durante o período de votos antecipado em 2021 e 2017 – uma diferença de mais 668.897 votos – com a manutenção de uma taxa de abstenção em moldes semelhantes. Quer isto dizer, em traços gerais, que aproximadamente o mesmo número de eleitores exerceu o seu direito de voto em 2021 – 3.003.290 –, com uma transição considerável – como vimos, de 57,88% –, a votar através do voto antecipado. Isto é relevante, pois demonstra por um lado, como dissemos, que a pandemia não influenciou os números da abstenção, os quais se mantêm inferiores aos valores de 2009, e por outro lado, leva-nos a concluir que a taxa de abstenção (e a sua manutenção) terá sido causada por razões de autodeterminação sociopolítica pelo eleitorado.

Noruega

	Ano da eleição	Nº de Eleitores	Nº de votantes	Taxa de abstenção	Nº de votos no período de votação antecipada	Taxa de participação na votação antecipada, face ao nº de votantes
Tipo de eleição	2021	3.892.507	3.003.290	22,8%	1, 738 438	57,88%
	2017	3.765.245	2.945.352	21,8%	1,069,541	36,31%
Legislativas	2013	3.641.994	2. 848. 903	21,8%	858,956	30,1%
	2009	3.530.785	2. 682. 903	24%	653,939	24,37%

Fonte: <Valgresultat.no>

Norway³

Eduardo Oliveira e Sousa¹
Diogo Chiquelho²

DOI: <https://doi.org/10.34628/3mch-4f34>

The most recent elections for the *Stortinget*⁴ - the Norwegian parliament – were held on the 13th of September 2021, in a phase when the pandemic situation was not yet stable⁵. The abstention figure in these elections was slightly higher compared with previous elections, in 2017 and 2013 with a difference of 1% from each election (see table). Thus, the question must be raised on how the pandemic influenced this slight increase given the exceptional measures which were adopted to tackle abstention.

1. Measures adopted during the pandemic period.

Although on the day of the elections already 65,63% of Norwegians were already fully vaccinated and 9,5% partially vaccinated, rounding up to a total of 75,13% of population with at least the one dose of the vaccine⁶, in preparation for the parliamentary elections

and the adoption of measures to control the pandemic and ensure voting safety, the Norwegian government proposed the *Stortinget* some temporary changes to the election act, changes which were approved⁷. These changes adhered to the suggestions presented by the *ad hoc* workgroup which concluded that measures to be adopted should be based on the necessity of granting confined voters the means for exercising their voting rights, provided that this was carried out in accordance with health guarantees.⁸ According to this premise and seeking to ensure the safety of voters and of all of those working at the polling stations, the following measures were adopted⁹:

- 1 Assistant Professor and PhD Candidate at the Faculty of Law, Lusíada University (Porto). Collaborating Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) at Lusíada University.
- 2 LLB at Lusíada University (Porto) and LLM Candidate in Legal and Economic Sciences at the Faculty of Law, University of Porto. Collaborating Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) at Lusíada University.
- 3 The authors wish to thank Isabel Ram, senior undergraduate in International Relations, Diogo Faria and João Daniel, both senior undergraduates in Law, all three members of the International Electoral Observatory and Collaborating Researchers at CEJEA, for their determining support in data gathering for this paper.
- 4 On these elections, see Ram, I., Miranda, C., Faria, D. & Daniel, J. «Eleições Legislativas na Noruega (13 de setembro de 2021)», in Polis, no 4 (2021), pp. 201-205. Available at: <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/polis/article/view/3005/3592>.
- 5 On this date, the pandemic situation in Norway was marked by a rising in the number of daily confirmed cases, and on the election day there were 1.313 new confirmed COVID-19 cases, a total sum of 178.362 confirmed cases, and 836 deaths since the start of the pandemic. Data provided by the Norwegian Institute of Public Health (NIPH), Reported Cases in «Statistics about coronavirus and COVID-19», available at: <https://www.fhi.no/en/id/infectious-diseases/coronavirus/daily-reports/daily-reports-COVID19/#table-paginacion-7668321> (accessed on 25/04/2022).
- 6 Data provided by the NIPH, Norway - number vaccinated in « Coronavirus vaccination – statistics», available at: <https://www.fhi.no/en/id/vaccines/coronavirus-immunisation-programme/coronavirus-vaccination---statistic/#table-pagina->

[tion-47278221](#) (accessed on 25/04/2022).

- 7 It was through the Proposal 89 L (2020-2021) which the Government, through the Ministry for Local Government and Modernisation took to the *Stortinget* the temporary changes to the Election Act and to Local Government Law. On this subject check Lovdata, available at: <https://lovdata.no/dokument/LTI/lov/2021-04-23-24> (accessed on 15/04/2022), and also the full text of the proposal in the Norwegian government's website available at: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/prop.-89-L-20202021/id2834964/> (accessed on 25/04/2022).
- 8 The findings by this Workgroup which was headed by the Ministry for Local Government and Modernisation, but also with the participation of the Ministry of Foreign Affairs, the National Institute of Public Health (NIPH), Norwegian Directorate of Elections, the Municipality of Oslo and the Consulate of Viken can be consulted on the Government's website, available at: <https://www.regjeringen.no/contentassets/336ce55ea7c3458e8c264d71113e2ace/horingsnotat-forslag-til-midlertidige-endringer-i-valgloven-og-kommuneloven-som-folge-av-covid-19.pdf>. (accessed on 25/04/2022).
- 9 We were not able to verify if these measures were equally implemented in all constituencies, given that the adequate instruments for implementation were left to each municipality's discretion, this is, all municipalities were able to define and implement exceptional measures for safe voting, as long as they complied with the goals established in the legal amendments. Oslo was one of the places where such measures were implemented. It should be noted that changes to § 8-1 a. of the Election Act allowed for some flexibility in the way the Election Committees could implement the Election Act, in order to deal with local outbreaks of COVID-19, so that the possibility to vote would still be assured. (available at: <https://lovdata.no/dokument/LTI/lov/2021-04-23-24>). It is also important to mention Oxford Constitutional Law's entry on Norway's legal response COVID-19: "As of 10 January 2021, the Government has proposed minor temporary amendments to the Election Act 2002 in order to provide the election authorities with some flexibility in voting procedures and locations, in order to accommodate possible infection control measures". Holmøyvik, E., Moltumyr Hogberg, B. & Conrad Eriksen, C. «Norway: Legal Response to Covid-19» in King J. & Ferraz O.L.M. et al. (eds), The Oxford Compendium of National Legal Responses to Covid-19 (2021). D. Elections, 48. DOI: 10.1093/law-occ19/e3.013.3, available at: <https://oxcon.ouplaw.com/view/10.1093/law-occ19/e3> (accessed on 25/04/2022).

- a) Voting from a vehicle by means of a *drive-in* method¹⁰.
- b) Voting from home for voters “at risk”, that is, those with specific needs due to illness or disability¹¹.
- c) Special balloting boxes for quarantined voters and those in health institutions or continuing care units¹². The workgroup on which such changes were based on had determined that quarantined voters should not vote from home, but preferably in specific balloting boxes which would not be in contact with other voters.

This was to be implemented by the electoral committees. However, if a voter was not able to leave his/her house due to unavailability of private transportation, voting from home was allowed¹³.

Besides these exceptional measures, alternative methods of voting already in place under the Electoral Law were applied, specifically voting abroad and advance voting. Thus, every expatriated voter was able to advance vote between the 1st of July and the 3rd of September in embassies or consulates¹⁴ or vote by postal services. The use of postal voting meant that infected or confined voters could request ballots from embassies or consulates and mail-in their votes, or if such a request was not feasible, a vote could be cast with a mere white sheet of paper and a typical envelope, that is, without relying on an official ballot or need to comply with any considerable formalities¹⁵. Regarding advance voting and voting in mobility, the deadlines were extended, and in the span of a month,

from the 10th of August until the 10th of September, any voter could use this voting method, having previously registered to vote in advance¹⁶. The use of these measures did have a notorious effect as in just three days already 70.808 voters had cast their votes by relying on advance voting¹⁷.

On the possibility of postponing the elections, given that this was a solution adopted in various countries, it should be stated that this option was not applied in Norway. The Norwegian government understood that this wasn't viable, and the elections were to take place on the date they were initially scheduled. This unviability was due to the fact that a State of Emergency had to be decreed to postpone the elections, and since the requirements for such decree could not be met, there was no way to alter the constitutional rule that establishes the holding of elections in their scheduled date¹⁸.

2. The abstention

Comparing the abstention rates between the latest election – 22,8% – and both previous elections in which the abstention rates were of 21,8% both in 2017 as in 2013, it isn't possible to determine that there was a significant increase in abstention, it was at best a residual increase – just 1% – much less can it be possible to derive such insignificant increase from any constraints caused by the pandemic. This means that the abstention rate in 2021 is essentially in line with the abstention rates from the previous elections. What can be ascertained is that the high turnout rate on advance voting does demonstrate a clear level of adherence by voters – with a record figure of 57,88%. When comparing 2021 with 2017, the difference in the number of cast votes during the advance voting period – more 668.897 cast votes than in the previous elections – and an abstention rate that was kept mostly unchanged, can be no mere coincidence. This generally means that approximately the same number of voters cast their votes in 2021 – 3.003.290 –, with a considerable transition – 57,88% as we have already seen – of voters

10 Regarding *drive-in* vote in Oslo, see the article by NorwayToday dated 5/08/2021, available at: <https://norwaytoday.info/news/2021-elections-quarantined-oslo-residents-can-now-vote-from-their-car-at-drive-in-premises/> (accessed on 25/04/2022).

11 According to the information by the Norwegian Directorate of Elections (VALG) voting at home was of considerably accessible, by not requiring, for example, a written application for voting, as the mere statement to the municipality would suffice. See VALG, «Voting at home», available at: <https://www.valg.no/en/for-voters/parliamentary-election-2021/help-with-voting/voting-at-home/> (accessed on 25/04/2022).

12 Regarding the casting of votes from health institutions, elderly care homes or similar places, where both the families of patients, and also workers at those institutions could cast their votes, See VALG, «Voting in institutions», available at: <https://www.valg.no/en/for-voters/parliamentary-election-2021/help-with-voting/voting-in-institutions/> (accessed on 25/04/2022).

13 See § 9-3 b., § 9-3 c. e § 9-3 d. of Law no. 57 of June 28, 2002 (Election Act) establishing temporary changes regarding the creation of special ballot boxes, available at: <https://lovdata.no/dokument/LTI/lov/2021-04-23-24>. On the changes made to §9-6 a., these subsidiarily determined that home voting should be applied for quarantined voters. The specific ballot boxes for quarantined voters did not function equally to regular ballot boxes, having, for instance, time-scheduling restrictions. See the report on the Government's website. Available at: <https://www.regjeringen.no/contentassets/5b1155a8b5934d84bd80caec8696c162/rapport-fra-arbeidsgruppen-om-smittevern-og-valg.pdf>, 4.1.2., p. 10-11 (accessed on 25/04/2022).

14 On voting abroad, see VALG's «Voting from abroad», available at: <https://www.valg.no/en/for-voters/parliamentary-election-2021/voting-from-abroad/> (accessed on 25/04/2022).

15 According to the Proposal 89 L of the Government “*Postal voting may be a possible alternative if a voter is infected or if the location where the voter is residing is in lockdown. Voters can ask the Foreign Service mission to send materials to their home or use normal sheets of paper and envelopes*”. *Op. cit.*, in «5.3.3 Advance voting abroad during a Covid-19 outbreak», p. 14. See also, on postal voting, VALG's «Voting by post», available at: <https://www.valg.no/en/for-voters/parliamentary-election-2021/voting-from-abroad/voting-by-post/> (accessed on 25/04/2022).

16 See § 8-3 b. e § 8-3 c. of Law no. 57 of June 28, 2002 (Election Act) establishing temporary changes regarding advance voting, available at: <https://lovdata.no/dokument/LTI/lov/2021-04-23-24>. Regarding advance voting, see VALG's «Voting in advances», available at: <https://www.valg.no/en/for-voters/parliamentary-election-2021/voting-in-advance/> (accessed on 25/04/2022).

17 According to NorwayToday, «Advance voting: 70.808 Norwegians have already cast their vote in the 2021 elections», available at: <https://norwaytoday.info/news/advance-voting-70808-norwegians-have-already-cast-their-vote-in-the-2021-elections/> (accessed on 25/04/2022).

18 On the decision to not postpone the election, Proposal 89 L stated that “(…) *the Ministry cannot see that it would be possible to postpone the election due to the ongoing pandemic. The Ministry would emphasise that it will only be possible to postpone the election if there is a very high level of infection, and there is a direct and immediate danger to life, cf. Article 93 of the Constitution, or health through community movement*”. *Op. cit.* In «5.1 Risk of delays in determining the election result» and «5.2 Issues relating to postponement of the election» p.12-13. For more on this issue, regarding countries which saw their elections rescheduled due to the pandemic, check the information by the Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA), available at: <https://www.idea.int/news-media/multimedia-reports/global-overview-covid-19-impact-elections> (accessed on 25/04/2022).

THE ELECTORAL ABSTENTION DURING TIMES OF PANDEMIC

casting their vote through advance voting. This is relevant, since it demonstrates, on the one hand, that the pandemic had no influence in the abstention numbers, which are still under the 2009 rates, and on the other hand, it leads us to conclude that the abstention rate (and its being kept mostly unchanged) could have been caused by reasons of socio-political self-determination by voters.

Norway

Election	Year	Voters	Cast Votes	Abstention Rate	Cast Votes by advance voting	Rate of advance voting from the number of cast votes
	2021	3.892.507	3.003.290	22,8%	1, 738 438	57,88%
	2017	3.765.245	2.945.352	21,8%	1,069,541	36,31%
Legislatives	2013	3.641.994	2. 848. 903	21,8%	858,956	30,1%
	2009	3.530.785	2. 682. 903	24%	653,939	24,37%

Source: <Valgresultat.no>